

A participação dos movimentos de mulheres na mudança do paradigma do controle da natalidade no Brasil até 1984

Marcelo Andreas Faria de Britto¹

Resumo

O presente artigo tem por finalidade analisar a interação entre os movimentos de mulheres para a criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em 1984, em oposição ao controle da natalidade, levando em conta o ambiente internacional e a influência de conferências internacionais de população, instituições financiadoras internacionais, a ação dos Estados Unidos, das Nações Unidas e, no plano nacional, a criação do movimento feminista e das conferências de mulheres, a imprensa feminista, a crise sanitária e a ambiguidade do governo brasileiro diante o tema.

Palavras-chave: Movimentos de mulheres, Controle da natalidade, Saúde da mulher.

Introdução

O Brasil é reconhecido mundialmente por possuir uma sociedade civil atuante nas mais diversas áreas e na questão da igualdade de gênero não é diferente. O protagonismo dos movimentos de mulheres revolucionou o status da mulher na sociedade brasileira. O presente artigo procura discorrer sobre o papel dos movimentos de mulheres especificamente nas conquistas relacionadas à saúde da mulher. Para isso, analisaremos a consolidação do movimento feminista brasileiro na década de 1970, os fatores domésticos e internacionais que possibilitaram ao movimento de mulheres demandar uma mudança de postura do governo brasileiro em relação à saúde frente ao início da mudança do paradigma internacional da dicotomia 'controle da natalidade *versus* direitos reprodutivos', apresentando um programa de assistência integral à saúde da mulher, que culminou, em 1984, com a criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher - PAISM.²

Discutiremos o processo de mobilização do movimento feminista nacional e a influência de movimentos transnacionais na formação de sua identidade. Analisaremos a posição do governo brasileiro e de setores progressistas e

¹ Atualmente é assistente em monitoramento e avaliação - Fundo de População das Nações Unidas.

² O presente artigo baseia-se na dissertação de mestrado do autor, defendida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional/CEAM/UnB, defendida em setembro de 2014.

conservadores da sociedade brasileira no tema populacional e de gênero. Veremos os discursos a que se filiaram o governo e os movimentos de mulheres, o potencial da influência de discursos dos movimentos de mulheres internacional, bem como os contrastes entre os discursos do movimento e do governo. Em relação aos aspectos metodológicos, as fontes e métodos para a coleta de dados considerados válidos e apropriados para o artigo foram basicamente a pesquisa documental ligada a movimentos sociais e fontes oficiais do governo da época em foco.

Utilizou-se o pronunciamento do governo brasileiro em relação à saúde integral da mulher como dado documental para investigar se os discursos articulados pelos movimentos de mulheres na Carta de Itapecerica³ também estão presentes nesse anúncio oficial.

As análises permitiram conhecer como o “governo brasileiro posicionou-se em relação a discursos de controle da natalidade neomalthusianos, fortes à época como imposição de países desenvolvidos sobre países menos desenvolvidos, entre os quais o Brasil”, bem como a forma com que o “movimento de mulheres conseguiu exprimir as principais demandas na questão da saúde reprodutiva e do embate ao controle da natalidade, além de assumir o *status* representativo de uma parcela da sociedade civil que lutava por esses direitos.” (BRITTO, 2014), interação que analisaremos a seguir.

Sociedade civil e as políticas públicas

O fato de a democracia permitir que os indivíduos tenham a possibilidade de atuar na mudança de uma realidade é um aspecto fundamental para que a sociedade civil se organize e reivindique dos seus governantes, direitos e políticas públicas para uma vida melhor. Para que essa mudança possa ser colocada em prática é preciso que haja um ambiente institucional favorável, com um governo que reconheça a sociedade civil como um ator dentro do cenário político e que o tecido social tenha articulação e mobilização em torno de um determinado tema.

Transformações estruturais muita das vezes não partem dos governos e sim da sociedade. A história corrobora essa tendência, como na Revolução Francesa em

³ A Carta de Itapecerica encontra-se anexada à dissertação de mestrado deste autor, intitulada A Influência de Movimentos de Mulheres nas Políticas Públicas para a Saúde Da Mulher no Brasil – 1984, referenciada na bibliografia deste artigo.

1789 quando o Terceiro Estado representado pela burguesia e pelo, povo destituíram a monarquia governada pelo Primeiro Estado na figura do rei e o Segundo Estado consubstanciado na nobreza e no clero. Os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade foram apresentados, e serviram de inspiração para diversos movimentos civis emancipatórios por todo o mundo.

Nessa mesma vertente, o movimento por direitos civis, encabeçado pelo movimento negro nos Estados Unidos, simbolizado pelo inflamado discurso de Martin Luther King no monumento a Abraham Lincoln, na cidade de Washington, em 1963, foi um momento de transformação de uma sociedade estadunidense que aceitava um modelo de segregação que impossibilitava o exercício pleno dos direitos pelos negros e negras nos Estados Unidos. A década de 1960 foi marcada por essa luta civil por direitos e que serviu de ponto de partida para outras demandas por políticas públicas afirmativas nas décadas seguintes.

No Brasil, a história também nos conta momentos em que sociedade civil atuou por mudanças estruturais. As diversas manifestações pelo fim da ditadura que teve o seu epílogo no movimento pelas Diretas Já, ou seja, pelo voto direto do/a cidadão/ã na escolha de seus representantes. Mais recentemente, em 2013, no movimento do Passe Livre que se tornou um movimento da sociedade brasileira e apesar da sua natureza difusa em relação às demandas, virou uma comoção nacional exigindo mais políticas públicas, mais direitos e uma melhor qualidade de vida.

Desse modo, percebemos que a sociedade civil, principalmente em regimes democráticos, quando se organiza de forma coletiva diante de um determinado tema para reivindicar do Estado maiores direitos ou mudanças estruturais tem uma maior propensão a conquistar políticas públicas que venham ao encontro de suas demandas. Entretanto, cabe ressaltar que a política pública em si não é uma garantia de direitos, a sua implementação e o controle social é que vão determinar a real mudança na vida das pessoas.

Os movimentos de mulheres como agentes de transformação na sociedade brasileira

Apesar de o Brasil ter reduzido a secular desigualdade de gênero existente no país com a melhoria do acesso à educação, ao mercado de trabalho, aos direitos reprodutivos conquistados, entre outros, elementos de um modelo patriarcalista de

sociedade ainda persistem no país, como as desigualdades salariais entre homens e mulheres que ocupam os mesmos postos de trabalho, a baixa representatividade feminina no congresso e em cargos de primeiro escalão no governo, a própria linguagem chauvinista no cotidiano que denigre a imagem social da mulher, seja em piadas ou na relação delas com o trabalho doméstico e nos cuidados com a prole. As conquistas e mudanças estruturais obtidas pela sociedade em prol da mulher, não foram simples advento de consciência política dos governantes ou de uma sociedade que reconhecia a importância dos direitos da mulher para o desenvolvimento, mas por um processo de luta intensa contra o patriarcalismo arraigado nas estruturas sociais do país.

Essa luta teve como protagonistas os movimentos de mulheres, que foram determinantes para as conquistas de direitos e pela criação de políticas públicas destinadas a elas. Esses movimentos começaram a se formar de fato no Brasil, na década de 1970, em meio a um regime ditador que reprimia qualquer manifestação popular em favor de qualquer causa. As feministas foram as primeiras a ensaiar algum tipo de contestação incisiva sobre a condição da mulher na sociedade. Até o ano de 1975, as reuniões eram de natureza privada com temas livres sem uma pauta norteadora das discussões. A aparição pública era evitada em virtude do regime ditatorial repressor da época.

Enquanto isso, no exterior, as brasileiras exiladas e estudantes, por exemplo, em Paris e Berkeley, reuniam-se nesses lugares para discutir o feminismo, nos moldes desses países. Em Paris foi fundado o Círculo de Mulheres Brasileiras que perdurou entre 1975 e 1979, constituído por mulheres de várias matizes ideológicas, umas mais focadas na luta de classe marxista, outras na questão da autonomia da mulher. Em Berkeley, nos Estados Unidos, por sua vez, o grupo de mulheres organizado por Branca Moreira Alves, também discutia de uma maneira reflexiva o feminismo. No ano de 1972, Branca Alves formou o grupo do Rio de Janeiro trazendo as ideias feministas da experiência nos Estados Unidos (PINTO, 2003).

Outro grupo de mulheres, encabeçado por Danda Prado, começou em 1972 a reunir informalmente em um bar, simpatizantes de vários países da América Latina para discutir questões relativas à condição das mulheres na sociedade. O sucesso inesperado desse grupo chegou a reunir cem mulheres, e estabeleceu relações em

vários países, inclusive no Brasil, produzindo um boletim nomeado de Nosotras, que existiu até 1976 (BARROSO, 1982).

Em meio ao regime de opressão a movimentos civis, o ano de 1975 foi fundamental para o que eu qualifico com uma brecha histórica para a atuação do movimento feminista. A Organização das Nações Unidas (ONU) anuncia em 1975 o Ano Internacional da Mulher, assim as feministas brasileiras começam a se organizar de maneira efetiva, e iniciam um processo de comunicação por meio da imprensa, editando jornais como “Nós Mulheres”, que fez oito números, de 1976 a 1978. Também começaram a se organizar de forma mais efetiva por meio de encontros e congressos, como o 1º Congresso da Mulher Paulista, nos dias 4, 5 e 8 de março de 1979, o 1º Encontro Nacional de Mulheres, organizado pelo Centro da Mulher Brasileira, no Rio de Janeiro de 8 a 11 de março de 1979, o 2º Congresso da Mulher Paulista, em 1980 (PINTO, 2003).

Outro momento histórico que veio a reforçar os movimentos de mulheres foi o ano de 1979 em que ocorreu a anistia política. As mulheres advindas do exterior vieram reforçar o movimento com a experiência de movimentos feministas de outros países. Nessa etapa havia uma formação da identidade do movimento.

A década de 1980 foi marcada pelo surgimento das primeiras ONGs de cunho feminista. O principal tema elegido nessa década pelos movimentos foi a saúde. Dessa forma, a primeira ONG feminista ligada à saúde criada no Brasil foi a SOS Corpo de Recife, em 1980, cujo foco estava voltado para o apoio à elaboração, implantação e monitoramento de políticas públicas em nível local, estadual e nacional (SOUZA, 2002). Nessa mesma época surge em São Paulo o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde da Mulher. As experiências das feministas relacionadas à saúde no atendimento das mulheres teve um papel importante para que elas tivessem protagonismo na elaboração do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em 1983, inclusive na sua implementação, visto que muitas delas atuaram na coordenação do programa (COSTA, 2000).

Tendo em vista essa trajetória de luta, primeiro para uma atuação e organização como movimento em si, tendo em vista o regime repressor e segundo pela determinação em mudar uma estrutura que não promovia de forma efetiva políticas em prol das mulheres, a organização dos movimentos foram intensificando

e atuando cada vez mais na conquista de direitos. Dessa forma, os movimentos de mulheres começaram a exercer principalmente no início dos anos de 1980 uma efetiva participação para demandar políticas públicas que atendessem necessidades específicas da mulher na sociedade brasileira.

Um paradigma chamado Controle da Natalidade

O tema populacional despertou o interesse da comunidade internacional no século XX, principalmente após a segunda guerra mundial. Já em 1945, durante a criação da ONU foi estabelecida a Comissão de População, cujo objetivo era subsidiar o Conselho Econômico e Social da ONU sobre a influência demográfica em relação a temas sociais, econômicos e políticos, com um claro papel de interferir na temática da dinâmica populacional (BERQUÓ, 1987).

Em 1954, iniciou-se uma série de conferências mundiais de população que teriam a periodicidade de dez anos visando à elaboração de planos de ação e avaliação do cumprimento das ações acordadas na conferência anterior. A primeira conferência foi a de Roma que contou com 80 países, organizada pela ONU e com o suporte científico da União Internacional para o Estudo Científico da População (IUSSP). O centro das discussões estava nas consequências populacionais no desenvolvimento dos países do primeiro mundo sem levar em conta o seu impacto para os países do terceiro mundo (ALVES & CORRÊA, 2003).

Na década seguinte, ocorreu a Conferência de Belgrado, em 1965, que também seguiu a linha técnico-científica e um viés de controle da natalidade defendendo que o progresso na superação de enfermidades poderia ser comprometido pela pobreza em países com alta natalidade, ademais isso traria consequências negativas para o desenvolvimento econômico (ALVES & CORRÊA, 2003).

A Conferência de População de 1974 em Bucareste, representou uma clivagem entre o posicionamento dos países do Norte e do Sul. Para o Primeiro Mundo o controle da natalidade era uma precondição para os países do Terceiro Mundo acabarem com a pobreza e se desenvolverem. Em contrapartida, para o Terceiro

Mundo o fator populacional era irrelevante para o desenvolvimento, pois apenas com investimentos financeiros isso seria factível (ALVES & CORREA, 2003).

Em 1984, a Conferência Internacional de População, no México, representou uma etapa de transição, apesar de a visão sobre o controle da natalidade ainda ser predominante. Nessa ocasião o Brasil se apresenta de forma contundente contrário ao neomalthusianismo, inclusive apresentando o PAISM como um produto legitimamente brasileiro, reconhecendo no pronunciamento do Ministro de Estado da Saúde do Brasil, Waldyr Mendes Arcoverde, durante a abertura da Conferência, o direitos reprodutivos, apesar de nessa época o termo ainda não ter sido consagrado. Em outras palavras, o Brasil estava propondo algo que somente seria reconhecido na Conferência Internacional de População e Desenvolvimento de 1994, na cidade de Cairo, em que o paradigma do controle da natalidade é sepultado, e a visão de metas populacionais passa a ser substituída pelo paradigma dos direitos reprodutivos, consubstanciado no arcabouço dos direitos humanos.

O seguinte excerto ilustra bem o posicionamento do governo em relação ao controle da natalidade na Conferência do México, em 1984:

"... a resposta de meu Governo a essa demanda tem um fundamento ético, isto é, o reconhecimento de que o planejamento da prole se constitui em um dos direitos fundamentais do ser humano. No entender brasileiro, essa matéria não deve estar sujeita a metas pré-fixadas; antes, é o resultado de um consenso social. Dentro dessa ótica a meta de crescimento legítima para o Brasil é aquela consubstanciada pelo somatório de ações livres e informadas dos casais e dos indivíduos visando o planejamento de sua vida reprodutiva." (BRASIL, 1984)

Esse posicionamento do governo brasileiro é um dos resultados da intensa luta dos movimentos de mulheres por uma saúde integral da mulher. Fato esse também foi reconhecido no pronunciamento ao citar a pressão da sociedade civil por demandas reprodutivas:

"... o Governo é sensível ao fato de que existe hoje uma crescente demanda do povo brasileiro por conhecimentos e meios adequados para planejar a reprodução." (BRASIL, 1984)

Essa postura veementemente contrária ao controle da natalidade, na década de 1970 e início de 1980 não era observada. Pelo contrário havia uma postura

ambígua do governo. Se por um lado era adotada uma postura cautelosa em relação a uma política social que abarcasse a reprodução, mais especificamente uma restrita atenção materno-infantil, por outro havia uma leniência frente a instituições privadas que agiam no setor. Acreditava-se que essa atuação moderada estava relacionada a posicionamentos contrários a uma política de controle da natalidade, defendidos tanto por setores do governo quanto pela própria sociedade. (COSTA, 2004).

Nessa linha de atuação de instituições privadas, não podemos deixar de analisar o apoio e a atuação estadunidense na promoção dos ideais controlistas na segunda metade do século XX. A preocupação de que o aumento desordenado populacional no mundo afetasse o abastecimento de matéria-prima para as indústrias dos Estados Unidos fez com que diversos investimentos em pesquisas e estudos demográficos fossem apoiados visando construir informações que subsidiassem a formulação de políticas em controle da natalidade (COSTA, 2004).

O documento de 10 de dezembro de 1974 assinado por Henry Kissinger denominado “Implicações do crescimento da população mundial para a segurança e os interesses dos Estados Unidos” estava voltado aos governantes latino-americanos. Nesse documento eram abordados temas ligados à economia, política e meio ambiente, referindo-se ao receio de uma “explosão demográfica” no mundo:

O principal fator que está influenciando na necessidade de matérias-primas não agrícolas é o nível de atividade industrial, regional e mundial. Por exemplo, os Estados Unidos, com 6% da população mundial, consomem aproximadamente um terço dos recursos mundiais (COSTA, 2004).

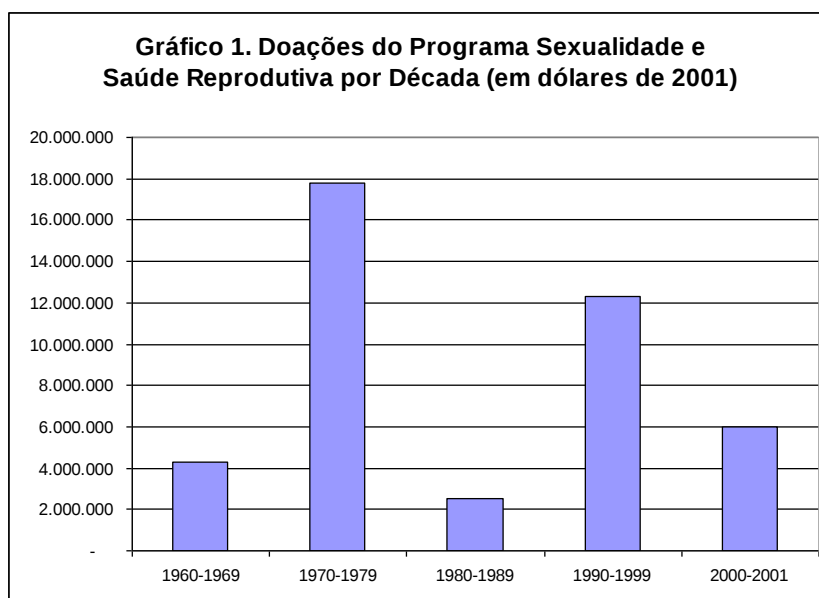
Com efeito, o receio de um aumento populacional incrementar o consumo internacional, diminuindo o fornecimento de matérias-primas para as indústrias estadunidenses, poderia ocasionar em um cenário extremo, uma ameaça à segurança, tendo em vista que afetaria os recursos que impulsionavam o capitalismo nos Estados Unidos.

Foram sendo criadas condicionalidades, por parte dos Estados Unidos aos países latino-americanos, para apoio econômico vinculando a liberação de recursos à implementação de políticas e estratégias relacionadas à diminuição do crescimento populacional. Os acordos internacionais de cooperação financeira com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial são exemplos cabais desse

condicionamento. Entretanto, a ideia que era vendida tinha um teor mais eufemístico, no sentido de que o controle populacional traria benefícios econômicos e desenvolvimento social (GIFFIN & COSTA, 1999).

Para operacionalizar ações controlistas, os Estados Unidos utilizaram instituições privadas internacionais para atuar no Brasil como a Fundação Rockefeller, *Population Council*, Fundação Hewlett, Fundação Ford e a Fundação MacArthur (MARTINE, 2005), a própria agência de cooperação bilateral norte-americana United States Agency for International Development (USAID) com investimentos maciços nos países do Terceiro Mundo na área populacional, especialmente na década de 1970 (Alves & Correa, 2003).

O gráfico a seguir ilustra o massivo investimento nessa década feito pela Fundação Ford com uma cifra aproximada de US\$ 40 milhões em programas de população e sexualidade e saúde reprodutiva (SOUZA, 2002).



Fonte: Ford Foundation

Sendo assim, percebemos que o paradigma do controle da natalidade esteve diretamente vinculado a uma estratégia política dominadora do Primeiro Mundo em influenciar o Terceiro Mundo utilizando o argumento de que políticas neomalthusianas eram o caminho para se combater a pobreza e alcançar o desenvolvimento. Foi nesse cenário que os movimentos de mulheres envidaram esforços para repensar esse modelo reprodutivo que desconsiderava as principais

vítimas desse arquétipo dominador, ou seja, as próprias mulheres, no seu aspecto de direito humano, e em prol de uma saúde integral. Desconstruindo a ideia de números e construindo o ideal de direitos reprodutivos.

Teoria Mulheres em ação

A busca por uma teoria que represente a atuação das mulheres no contexto da conquista de políticas públicas na área da saúde integral se faz mister no sentido de compreender o seu papel e a sua importância mais precisamente no ano de 1984 quando foi instituído o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Para isso, recorremos à teoria da ação coletiva que parte de premissa, segundo Melucci, de que ela é resultado de crenças e representações assumidas pelos atores. Além disso, essa ação não é consequência da reunião de um número diminuto de indivíduos, pelo contrário, é resultado de processos complexos de interação intermediada por determinadas redes de simpatizantes (MELUCCI, 1996).

Os movimentos de mulheres brasileiros adotaram a temática da saúde das mulheres como prioridade no início da década de 1980, após intensas discussões ao longo das conferências na segunda metade da década anterior, além da conscientização de que era uma área prioritária que afetava todas as mulheres, independente do extrato social. Ademais, a reforma sanitária que estava em curso no país por uma saúde universal e as pesquisas acadêmicas sobre o 'status reprodutivo da mulher' também influenciaram a escolha da saúde como foco das ações dos movimentos de mulheres (COSTA, 2000).

Segundo Tarrow, a ação coletiva se torna controversa à medida que é usada por indivíduos que não têm acesso regular às instituições, que atuam em nome de novas reivindicações ou demandas não aceitas e que agem de modo que desafia fundamentalmente as autoridades. (TARROW, 1998)

Para Sherer-Warren, ações coletivas são comumente utilizadas como definição de um conceito empírico ligado a ações de demanda ou de contestação promovida através de grupos sociais. Essa visão se aproxima à de Alberto Melucci, pelo fato de ser mais inclusiva na análise dos movimentos sociais (SHERER-WARREN, 2012).

Gohn versa sobre uma construção psicossocial, em detrimento das relações entre as estruturas sociais e a política, partindo desde os elementos mais simples dos

comportamentos sociais até as formas mais sofisticadas de ações coletivas. (GOHN, 2004).

Os grupos possuem características morfológicas em continuidade de tempo e de espaço, que resultam em um arcabouço social de relacionamentos (MELUCCI, 1996), sendo também atributos que fazem da ação coletiva um instrumento de mobilização e atuação da sociedade civil na conquista por direitos. Com efeito, nota-se que o ambiente internacional influenciou na organização das feministas brasileiras que na década de 1970 intercambiaram experiências com o feminismo da França e dos Estados Unidos e a própria Década da Mulher da ONU (1976-1985), que chamou a atenção da comunidade internacional para a importância da mulher no desenvolvimento dos países, tudo isso contribuiu para dar sentido às ações do movimento feminista brasileiro (TABAK, 1989). As primeiras reuniões privadas que antecederam o surgimento do feminismo em 1975 reuniam mulheres intelectualizadas e discutiam assuntos do cotidiano. Inicialmente era assim que se relacionavam; posteriormente começaram a se organizar de maneira sistemática com uma pauta de ação mais direcionada, e a usar a imprensa como forma de comunicação, fundando jornais como “Nós mulheres” (BARROSO, 1982).

O transnacionalismo do movimento feminista

O transnacionalismo foi um fenômeno que ampliou a base da ação coletiva. Ribeiro diz que a sua discussão ocorreu por conta da organização das pessoas numa comunidade imaginária, da ligação que estas tinham com instituições de poder, além da reformulação das identidades, subjetividades e as relações entre as esferas públicas e privadas (RIBEIRO, 1998). O Círculo de Mulheres Brasileiras de Paris simboliza essa tendência, tendo em vista que entravam em contato com as mulheres no Brasil compartilhando informações e exercendo um papel fundamental na formação do movimento feminista brasileiro (PINTO, 2003).

O conceito da ação coletiva transnacional, ainda em formação dada a sua complexidade, coloca em questão o desafio da soberania do estado nacional, a possível perda de poder do mesmo, a possibilidade de surgimento de uma sociedade civil global e até mesmo da criação de uma “world society”. Na visão de Tarrow, esses movimentos sociais transnacionais promovem uma relação de lutas com opositores

através de redes interligadas de desafiantes organizados por meio de fronteiras nacionais (TARROW, 1998).

As conferências internacionais organizadas pelas Nações Unidas a partir dos anos de 1970 foram oportunidades para mulheres ativistas se porem em contato para a criação de movimentos sociais transnacionais. O intercâmbio de experiências favoreceu idas e vindas de ativistas. A formação de redes transnacionais sobrepujou os movimentos de natureza restritamente ativista, fazendo comque ocasionalmente perdessem contato com suas origens, mas em contrapartida angariando recursos para seus ideais. De maneira geral, as redes transnacionais trazem atores externos que fornecem recursos e criam oportunidades para criação de movimentos nacionais (TARROW, 1998).

Portanto, mesmo na década de 1970 em que o transnacionalismo ainda não havia adquirido a dimensão das décadas seguintes, a sua influência na gênese dos movimentos de mulheres como apresentado foi de profunda importância seja na volta de feministas exiladas que tiveram contato com o feminismo em outros países, no Ano Internacional da ONU para Mulher em 1975, na Década da Mulher (1976-1985), nas próprias brasileiras que constituíam o Círculo de Mulheres Brasileiras, em Paris, provendo informações e materiais às feministas no Brasil, das pesquisas financiadas por instituições internacionais voltadas às mulheres, entre outros. Com efeito, o transnacionalismo não só possibilitou a formação de uma rede de mulheres interagindo com o mundo em questões ligadas ao cotidiano e desafios que enfrentavam, assim como serviu como norte para a consolidação do movimento em nível doméstico.

Em busca de uma representação política

No contexto de movimentos conflituosos, os grupos dominantes na sua essência procuram ignorar a existência de conflitos que venham a produzir uma apropriação de recursos sociais, na visão de Melucci, com influência na representação política e tomada de decisão. Isso ocorre por conta da natureza antagônica da ação coletiva e devido à maneira independente que atuam diante de problemas funcionais e políticos da sociedade (MELUCCI, 1996).

Nessa mesma linha, Tarrow condiciona a ação coletiva contra um oponente em torno de uma disputa como fato para a qualificação de uma atuação com sendo de um movimento social. Além disso, a consubstanciação como movimento no âmbito das disputas se faz quando as redes sociais e estruturas interligadas produzem estruturas de ação coletivas e identidades que as sustentam possibilitam manter um embate diante de opositores com poder (TARROW, 1998).

No final da década de 1970 e início da década de 1980, o poder no Brasil estava concentrado nos militares, em um processo de transição para um governo civil. Verifica-se que no questionário da ONU sobre a implementação nacional do Plano Mundial de Ação da Década da Mulher no período entre 1975 e 1978, o governo militar afirmava que as discussões sobre a mulher não eram uma prioridade no país e que o movimento feminista não tinha relevância dentro do processo de planejamento. Essa postura demonstrava de forma contundente a negação da existência de problemas de gênero no Brasil (COSTA, 2000).

Para os militares a prioridade da nação era o desenvolvimento alinhado ao financiamento externo como forma de superação da dívida externa que assolava o país, além da própria busca por legitimidade para manter o poder. Posto isso, o movimento feminista se organiza para angariar apoio institucional para a implementação de políticas públicas para a saúde da mulher, aproximando-se do legislativo por meio de alianças com partidos como o PMDB e PT, além do poder executivo participando dos conselhos municipais e estaduais de saúde, em especial em São Paulo (OSIS, 1998).

O surgimento de situações de conflitos em momento nos quais emergem novos temas ou dilemas em função de uma ação coletiva propicia também uma possibilidade de redefinição do espaço público, de acordo com Melucci (1996). Complementando essa análise, Tarrow (1998) afirma que essa questão de disputa política e movimentos sociais é justificada quando os indivíduos são instados a participar politicamente, de modo a agir por meio da ação coletiva e no intuito de fazer surgir novas oportunidades para incrementar possibilidades de disputas. O movimento de mulheres brasileiro atuou dessa forma ao trazer o problema da saúde pública da mulher para o debate público e com isso houve uma redefinição das políticas públicas nessa área.

Por fim a busca por uma representação política é uma maneira de consolidar as demandas coletivas para que não sejam vistas como crença popular ou um devaneio individual. Entretanto, a presença de canais de representação e atores institucionais é uma condição *sine qua non* para a garantia de que assuntos divergentes serão considerados por meio de pressões que geram conflito que por sua vez possibilitam a criação de políticas.

Com efeito, a abertura política, a receptividade da classe política e as reais formas de representação existentes irão ditar a efetividade da política dos movimentos. Com base, nesses pressupostos os movimentos de mulheres buscaram se aproximar de partidos políticos e do próprio executivo para incorporar ao arcabouço institucional do Estado as demandas do movimento. Assim sendo, o processo de transição para a democracia com a abertura política teve um papel crucial ao possibilitar um canal para maior atuação e aceitação das demandas da sociedade civil.

A análise da Carta de Itapecerica e o pronunciamento brasileiro na Conferência de População do México em 1984

Quando olhamos para dois documentos simbólicos do movimento de mulheres e do governo no ano de 1984: a Carta de Itapecerica e o pronunciamento do Ministro de Estado da Saúde do Brasil, Waldyr Mendes Arcoverde na Cidade do México em 6 de agosto de 1984, durante a abertura da Conferência Internacional sobre População, verificamos que existem algumas aproximações entre esses documentos.

Quando comparamos os documentos, verificamos que, em relação ao controle da natalidade, ambos criticam a relação entre aumento populacional e pobreza. A Carta de Itapecerica condena fortemente o governo e suas políticas de planejamento familiar, citando a esterilização em massa de homens e mulheres e campanhas de eugenia levadas à frente por militares no contexto da segurança nacional. Frisam que o principal fator de pobreza no Brasil e nos demais países do terceiro mundo é advindo do modelo econômico concentrador de renda. Já o governo, apesar de oficialmente não reconhecer as alegações da sociedade civil de que existam práticas

de controle populacional no Brasil, no pronunciamento também se posiciona contrário ao controlismo.

Outra semelhança entre os dois documentos é em relação ao protagonismo exercido pelo movimento social na demanda de direitos ao governo. No pronunciamento o governo, reconhecendo o que fora trazido à tona pelo movimento social, apresenta à comunidade internacional uma discussão que somente seria reconhecida internacionalmente dez anos mais tarde, na Conferência Internacional de População e Desenvolvimento de Cairo, em 1994.

Nessa ocasião, pela primeira vez o conceito de direitos reprodutivos seria admitido como parte integrante dos direitos humanos. No pronunciamento o governo convoca a participação de todos os estratos sociais no processo de consolidação da política, reconhecendo o protagonismo da sociedade civil e a importância de se ter uma assistência integral à saúde da mulher.

Simultaneamente, o movimento de mulheres enfatiza na Carta a importância de se pressionar o poder público em todos os níveis para a implementação da política pública, conclamando a sociedade civil organizada a atuar de forma protagonista no processo e traçando um verdadeiro modelo de controle social em diversas esferas: orçamentária, de monitoramento, participação, implementação, acadêmica, educacional, entre outras.

A ênfase no ser humano é parte do conceito de saúde apresentado na Carta, alinhada com características fundamentais da doutrina do direito humano, que diz respeito à universalidade, coerente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

No tocante à autodeterminação, vale ressaltar a coexistência de discursos alinhados com a independência de cada ente pesquisado. Segundo Britto,

“Não se observa necessariamente uma ruptura em ambos os eventos em relação a discursos e práticas anteriores. Do lado governo, historicamente observa-se uma política externa independente conduzida por nossa chancelaria. Do lado dos movimentos de mulheres o posicionamento sempre foi no sentido não só de autonomia do movimento, mas também da independência da mulher como sujeito social.” (2014, p. 93)

O aspecto humanístico é referendado no final do pronunciamento quando se conclui que a questão demográfica não se resume a números e sim ao indivíduo, ao

ser humano. A vida de cada indivíduo é importante, tal qual o conjunto da humanidade. “Ao discorrer sobre a saúde, reconhece-se a necessidade de se levar em conta as características individuais de cada pessoa.” (BRITTO, 2014, p. 93)

Um aspecto que não pode ser ignorado é o econômico, afinal é um dos elementos propulsores do sistema capitalista. A similaridade entre a economia dependente, com consequências sociais agravando a qualidade de vida da população e o reconhecimento do desenvolvimento econômico e social são fundamentais para a solução de problemas demográficos.

Na Carta de Itapecerica, assim como no discurso do governo brasileiro, observa-se a vontade brasileira de seguir um caminho próprio, sem a influência direta dos países do Primeiro Mundo. Verifica-se a necessidade de se trilhar um caminho terceiro-mundista mais apropriado ao contexto local e a preocupação explícita com a vertente da privatização da saúde, que à época refletia o início dos ditames do neoliberalismo, iniciado pela primeira ministra da Inglaterra, a dama de ferro, Margareth Thatcher.

Considerações Finais

A oportunidade do exercício da cidadania é uma dádiva da democracia. A abertura política iniciada na década de 1970 e concluída em meados da década seguinte no Brasil, além de possibilitar que movimentos sociais se organizassem fez com que eles pudessem reivindicar direitos. Além disso, a pressão internacional no contexto da terceira onda democrática fez com que diversos países transitassem de um regime autoritário para uma democracia, que passava ser um elemento fundamental para o desenvolvimento.

Foi nesse momento que o movimento de mulheres brasileiro passou a se organizar impulsionado por eventos internacionais como o já mencionado Ano Internacional da Mulher em 1975, a declaração no ano seguinte da Década da Mulher (1976-1985), ambos encabeçados pela ONU, os investimentos de instituições internacionais em estudos sobre gênero, entre outros.

Simultaneamente, ainda no âmbito internacional, o contato das mulheres com o feminismo transnacional, mais especificamente com o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e das mulheres em Berkeley nos Estados Unidos que traziam as

discussões desses países para o Brasil enviando informações e materiais, bem com a vinda de brasileiras exiladas em virtude da anistia no ano de 1978, impulsionou os movimentos de mulheres na sua formação e na sua concepção como um novo ator no processo de transição para a democracia no Brasil.

Enquanto isso forças nacionais também alavancavam o movimento, seja por meio das diversas conferências principalmente na segunda metade da década de 1970, seja pela imprensa com a criação de jornais como “Nós Mulheres” denunciando as mazelas vividas pela mulher brasileira.

Em meio a esse efusivo momento de soerguimento dos movimentos de mulheres, a questão do controle da natalidade surgia como um dos problemas que mais afetavam a vida dessas mulheres. Acabou sendo uma das principais bandeiras defendidas pelos movimentos no início dos anos de 1980. Esse problema, como foi apresentado ao longo do artigo, tomou uma dimensão maior na segunda metade do século XX quando os Estados Unidos perceberam que o aumento populacional poderia ocasionar um maior consumo de matérias primas que por sua vez poderiam afetar o abastecimento das suas indústrias. A partir daí, diversas pesquisas começaram a ser financiadas relacionando o crescimento populacional com a pobreza.

Nesse momento estava sendo moldado um paradigma que só seria superado em 1994 na Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, no Cairo. Para impor esse modelo demográfico foram usados os mais diversos meios de cooptação dos países do terceiro mundo para adoção de políticas públicas ‘controlistas’, tais como a vinculação de financiamentos internacionais do FMI e do Banco Mundial ao controle da natalidade dos países.

As Conferências Internacionais de População como a de Roma em 1954, Belgrado em 1965, Bucareste em 1974 e México em 1984, principalmente as duas últimas, foram ambiente ferrenhos de debate entre o norte que exigia o controle da natalidade dos países que pretendiam alcançar o desenvolvimento e o sul que demandava recursos financeiros para atingirem esse mesmo desenvolvimento.

Em meio a esse cenário, o governo brasileiro optou pela ambiguidade num primeiro momento, permitindo a atuação de instituições internacionais controlistas e

adotando um discurso de não intervenção do Estado nos assuntos de planejamento familiar nas conferências internacionais.

Mas essa ambiguidade foi sendo abandonada a partir do momento em que os movimentos de mulheres aliadas ao movimento sanitarista que lutava por uma saúde integral no país, além da academia, começaram a fazer pesquisas e criar evidências por meio de dados sobre a condição de desigualdade que as mulheres vivenciavam no país.

A ação coletiva como apresentada por meio da teoria nesse artigo foi sendo posta em prática por meio da militância do movimento, do transnacionalismo, da busca por alianças e representação política e na formação de uma identidade como movimento. Todos esses foram fatores que influenciaram a mudança de postura do governo que veio a ser consubstanciada no Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em 1984, um legítimo símbolo de conquista do movimento de mulheres que lutou contra um regime autoritário avesso a manifestações civis, ligado a interesses internacionais contrários aos direitos reprodutivos e promotores de forma incisiva do controle da natalidade e contra setores conservadores da sociedade que sequer consideravam as mulheres como atores no contexto político nacional.

Os movimentos de mulheres nesse caso foram exemplos de como a sociedade civil organizada pode influenciar na formulação de políticas públicas. No entanto, sua implementação ainda é um desafio, mesmo após vários anos de luta do movimento e de tantas e tão incansáveis discussões.

Referências Bibliográficas

ALVES, J. E. D., CORRÊA, Sônia. **Demografia e Ideologia**. In. Revista Brasileira de Estudos de População, Vol. 20, n. 2, jul/dez. 2003.

BARROSO, Carmen; Unicef. **Mulher, sociedade e estado no Brasil**. São Paulo: Unicef, 1982.

BERQUÓ, Elza. **Sobre a política de planejamento familiar no Brasil**. In. Revista brasileira de estudos de população, v.4, nº1, p.95-103, jan/jun 1987.

BRITTO, Marcelo A. F. de. **A Influência de Movimentos de Mulheres nas Políticas Públicas para a Saúde da Mulher no Brasil – 1984**. 2014, 125 f. Dissertação de

Mestrado. Universidade de Brasília, CEAM/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional.

COSTA, Ana Maria. **Atenção integral à saúde das mulheres: QUO VADIS?** : uma avaliação da integralidade na atenção à saúde das mulheres no Brasil. 2004. 195 f. Tese (doutorado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Ciências da Saúde.

_____. **Saúde, equidade e gênero**: Um desafio para as políticas públicas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

GIFFIN, Karen e COSTA, Sarah Hawker. **Questões da saúde reprodutiva**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MELUCCI, Alberto. **Challenging code**: collective action in the information age. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MRE. **Ministro da Saúde, Waldyr Arcoverde, representa o Brasil na Conferência Internacional sobre População**. Resenha de Política Externa no Brasil, nº 42, Julho, agosto e setembro, 1984.

OSIS, Maria José Martins Duarte. **Paism**: um marco na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 1998.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação P. Abramo, 2003.

TABAK, Fanny. **Mulher brasileira no congresso nacional**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1989.

TARROW, Sidney. **Power in movement**: social movements and contentious politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

SHERER-WARREN, Ilse. **Redes emancipatórias nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos**. Ed. Appris, 2012.

SOUZA, Cecilia de Mello e. "Dos Estudos Populacionais à Saúde Reprodutiva". In BROOKE, Nigel, WITOSHYNSKY, Mary (orgs.), **Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil**: uma parceria para a mudança social. São Paulo: Edusp/Fundação Ford, 2002.

Recebido em: 06/10/2014

Aprovado em: 26/12/2014